


CUNHA, 15 de fevereiro de 2.021.

Ofício GAB nº 022/2021

1. Temos a honra de submeter à consideração de Vossas Excelências proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre o regulamento disciplinar dos servidores municipais de nossa cidade, tendo como finalidade a construção de um instrumento legislativo adequado e eficaz para normatizar os procedimentos administrativos internos, em respeito às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
2. Em nosso Município não existe, até o presente momento, nenhuma norma que regule essa questão, ficando ao alvedrio de cada Administrador conduzir os procedimentos administrativos a seu bel prazer, com o que não podemos concordar, devido à insegurança jurídica gerada tanto para a Administração quanto para os servidores, o que afronta os princípios basilares da Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal.
3. É premente a necessidade de se institucionalizar mecanismos que possam dar guarida à medidas administrativas a serem tomadas pela Administração, estabelecendo ainda, os direitos os deveres e obrigações dos servidores, fim de garantir o bom funcionamento da máquina administrativa, o que certamente refletirá nos serviços prestados aos munícipes de nossa cidade.
4. O projeto que se apresenta, estrutura os direitos, obrigações e responsabilidades de nossos servidores, estabelece as sanções em caso de descumprimento, adequando-as ao princípio da proporcionalidade, assegurado os preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
5. Essas considerações, Senhor Presidente, revestem a proposta ora submetida à elevada apreciação de Vossa Excelência e seus pares, cuja implementação, em muito contribuirá para o fortalecimento da consecução das atividades, possibilitando ao Município, através de todos os seus Órgãos e Departamentos, garantir a prestação dos serviços públicos de uma forma mais eficiente, com a impessoalidade típica de qualquer Órgão de Estado.

Atenciosamente,

  
JOSÉ EDER GALDINO DA COSTA  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
RONALDO CHARLES DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Cunha/SP

*Recebido em 18/02/2021*  
Câmara Municipal de Cunha  
Maria Eliégi P. Vaz  
Escriturário

PROJETO DE LEI Nº 03/2021

EMENTA: "INSTITUI O REGULAMENTO DISCIPLINAR DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CUNHA, ESTABELECE NORMAS PARA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o regulamento disciplinar dos servidores ocupantes de cargo efetivo, servidores contratados em caráter temporário ou nomeados para cargo de provimento em comissão no Município de Cunha.

**CAPÍTULO II**  
**DOS DEVERES E PROIBIÇÕES**

**Seção I – Dos Deveres**

**Art. 2º** São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal à instituição a que serve;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal que serão fornecidas no prazo máximo de até 15 (quinze) dias;

c) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;



IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

**Parágrafo único** – A representação de que trata o inciso XII será encaminhada através de via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando o direito a ampla defesa.

## **Seção II – Das Proibições**

**Art. 3º** Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - incumbir pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical ou a partido político;

VIII - manter, sob sua chefia imediata, em cargo de provimento em comissão ou exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cônjuge, companheiro (a), filhos ou parentes até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, que mantenha contratos com o Poder Público Municipal;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas municipais;

**XII** - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

**XIII** - praticar usura sob qualquer de suas formas;

**XIV** - proceder de forma desidiosa;

**XV** - utilizar pessoal ou recursos materiais do Poder Público Municipal em serviços ou atividades particulares;

**XVI** - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

**XVII** - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

**XVIII** - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

### **CAPÍTULO III**

#### **Seção I – Das Responsabilidades**

**Art. 4º** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

**Art. 5º** A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

**§1º** A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário poderá ser liquidada mediante desconto em folha de pagamento ou então através da regular inscrição em Dívida Ativa e cobrança pela via administrativa ou judicial.

**§2º** Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

**§3º** A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

**Art. 6º** A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

**Art. 7º** A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

**Art. 8º** As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.



**Art. 9º** A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

## **Seção II – Das Penalidades**

**Art. 10** São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - exoneração;

IV - cassação de disponibilidade;

V - destituição de cargo de provimento em comissão;

VI - destituição de exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

**Art. 11** Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

**Parágrafo único** – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

**Art. 12A** advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante dos incisos I a VII e XVIII do art. 3º desta Lei e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

**Art. 13A** suspensão será aplicada sem vencimentos em caso de reincidência das faltas punidas com advertência por escrito e de violação das proibições constantes dos incisos XI, XIV, XV, XVI e XVII do art. 3º desta Lei e de outras que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de exoneração, não podendo exceder, o período máximo de 30 (trinta) dias.

**§1º** Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica, física, mental e psicológica, determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

**§2º** Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

**Art. 14** As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 2 (dois) e 4 (quatro) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

**Parágrafo único** – O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

**Art. 15** A exoneração será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a agente político, servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiro público;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Município;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos VIII, IX, X, XII e XIII do art. 3º desta Lei.

**Art. 16** Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas, a autoridade competente notificará o servidor por intermédio de seu superior imediato, para apresentar opção por um dos cargos no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ciência.

**Parágrafo único** – Na hipótese de omissão do servidor, instaurar-se-á, de ofício, o processo administrativo disciplinar para sua apuração.

**Art. 17** Será cassada a disponibilidade do servidor que houver praticado, na atividade, falta punível com a exoneração.

**Art. 18** A destituição de ocupante de cargo de provimento em comissão será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de exoneração.



**Art. 19** A exoneração ou a destituição de ocupante de cargo de provimento em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 15 desta Lei implica o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, bem como da indisponibilidade dos bens determinada pela via judicial.

**Art. 20** Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for exonerado ou destituído do cargo de provimento em comissão por infringência aos incisos I, IV, VIII, X e XI do art. 15 desta Lei.

**Art. 21** Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Art. 22** Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, durante o período de 12 (doze) meses.

**Art. 23** Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o processo administrativo disciplinar previsto nesta Lei.

**Art. 24** A competência para a aplicação das penalidades disciplinares será estabelecida da seguinte forma:

I - de exoneração, cassação de disponibilidade ou suspensão superior a 15 (quinze) dias, pela autoridade máxima de cada Poder;

II - de suspensão de até 15 (quinze) dias, ou advertência, pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior e às quais o servidor esteja subordinado; e

III - de destituição de cargo em comissão, pela autoridade máxima de cada Poder que o houver nomeado.

### **Seção III - Dos prazos de prescrição**

**Art. 25** São prescricionais os prazos para a instauração de processo administrativo disciplinar, da seguinte forma:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com exoneração, cassação de disponibilidade e destituição de cargo de provimento em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência.

**§1º** O prazo de que trata o “caput” começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para iniciar o processo administrativo disciplinar.

**§2º** Os prazos de prescrição previstos na legislação penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

**§3º** A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente.

**§4º** Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

## **CAPÍTULO IV** **DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR**

### **Seção I – Das Disposições Gerais**

**Art. 26** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

**Parágrafo único** – O setor competente de cada Poder deverá supervisionar e fiscalizar o cumprimento do disposto no “caput” deste artigo.

**Art. 27** As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação do denunciante e sejam formuladas por escrito.

**Parágrafo único** – Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

### **Seção II – Do Afastamento Preventivo**

**Art. 28** Como medida cautelar, no curso da apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá determinar o afastamento do servidor pelo prazo não superior a 60 (sessenta) dias, caso tal ato se mostre conveniente à instrução do feito ou à ordem do serviço público.

**Parágrafo único.** O servidor que venha a ser afastado preventivamente perderá 2/3 (dois terços) de seus vencimentos, que lhe serão restituídos em caso de reconhecimento de sua inocência ou de aplicação de penalidade que seja inferior ao prazo pelo qual teve vigor a medida.

### **Seção III – Da Sindicância**

**Art. 29** A sindicância é o instrumento administrativo voltado à averiguação de fatos que evidenciem conduta funcional irregular, destinado à identificação de indícios quanto à autoria e à materialidade da conduta faltosa.

**Parágrafo único** – A autoridade competente dispensará a sindicância quando do expediente constar indícios suficientes quanto à autoria e materialidade da infração.



**Art. 30** A sindicância será processada por uma Comissão, composta por no mínimo 03 (três) servidores de ilibada reputação moral e funcional, designados pela autoridade competente, sempre em número ímpar.

**§1º** A autoridade designará os servidores suplentes que assumirão nos casos de impedimentos dos titulares, observado o disposto no “caput”.

**§2º** São impedidos de participar de comissão de sindicância ou do processo administrativo disciplinar, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

**Art. 31** Da sindicância poderá resultar:

- I - arquivamento do processo;
- II – aplicação da pena de advertência ou suspensão;
- III - instauração de processo administrativo disciplinar.

**Parágrafo único** – O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, a contar da instauração, podendo ser prorrogado por até igual período, a critério da autoridade competente.

**Art. 32** Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como possível ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

**Art. 33** Poderá a comissão sindicante concluir por infração diversa daquela definida no ato de instauração e/ou imputar ao sindicado outras infrações, além da originária.

**Parágrafo único** – O disposto no “caput” deste artigo aplica-se ao processo administrativo disciplinar, desde que, para tanto, seja oferecida ao acusado a oportunidade do contraditório e ampla defesa quanto ao fato novo, emergente das provas.

#### **Sessão IV – Do Procedimento no Processo Administrativo Disciplinar**

**Art. 34** O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

**Art. 35** Do ato que instaurar processo administrativo disciplinar, necessariamente constarão os seguintes elementos:

- I - qualificação do servidor-acusado;
- II - descrição pormenorizada da conduta;

III- descrição das disposições legais infringidas, consignando expressamente as agravantes que sejam imputadas ao acusado;

IV - pena máxima prevista para a infração.

**Art. 36** O processo administrativo disciplinar será remetido a uma Comissão Processante, composta por no mínimo 03 (três) servidores de ilibada reputação moral e funcional, designados pela autoridade competente, sempre em número ímpar, nomeando-se um deles como o seu presidente.

**Art. 37** A comissão processante exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo caso necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do serviço público local.

**Art. 38** O processo administrativo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração;

II- defesa prévia;

III - interrogatório do acusado, no qual este poderá apresentar requerimento de produção de provas;

IV - instrução;

V - defesa;

VI - relatório;

VII - julgamento.

**Art. 39** O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar e da sindicância não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que instaurar o processo, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

**Parágrafo único** – As reuniões serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

#### **Seção V – Da Instrução nos Procedimentos Disciplinares**

**Art. 40** A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos previstos em direito.

**Art. 41** Os autos da sindicância, caso instaurada, integrarão o processo administrativo disciplinar, como peça informativa da instrução.

**Art. 42** Na fase de instrução, a comissão promoverá, de ofício ou a requerimento do acusado, os seguintes atos:



I - tomada de depoimentos;

II - acareações;

III - investigações;

IV - perícia;

V - demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova.

**Art. 43** É assegurado ao acusado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de seu defensor, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

**§1º** O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

**§2º** Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

**Art. 44** No ato do interrogatório, o acusado será novamente informado a respeito da acusação que lhe é formulada.

**Art. 45** No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

**Art. 46** Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe, pelo menos, um (01) médico psiquiatra.

**Parágrafo único** – O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

**Art. 47** O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado para efeito de intimações.

**Art. 48** Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado na forma da legislação vigente, para apresentar defesa.

**Parágrafo único** – Na hipótese prevista no “caput” deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação do edital.

**Art. 49** Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, deixar de comparecer ao interrogatório ou de apresentar defesa no prazo legal.

**Parágrafo único** – A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

**Art. 50** Antes de ser interrogado o acusado ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da intimação, para apresentar defesa prévia e rol de testemunhas, que não ultrapassará o número de 3 (três) e requerer diligências.

**§1º** No caso de recusa do acusado em apor o ciente na cópia da intimação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo servidor responsável pelo ato, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

**Art. 51** O defensor do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

**Art. 52** O acusado será intimado com antecedência mínima de 2 (dois) dias para, querendo, acompanhar, em audiência, a produção das provas.

**Art. 53** Quando depositar o rol de suas testemunhas, caberá ao acusado indicar sua qualificação e endereços completos, mencionando, ainda, em caso de servidor público, qual o local ou repartição em que estiver lotado.

**Parágrafo único** – Se a testemunha for servidor público, será expedido ofício solicitando o seu comparecimento ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do local, dia e hora designados para sua inquirição.

**Art. 54** As testemunhas arroladas serão convocadas a depor mediante intimação expedida pelo presidente da comissão, a ser encaminhada ao endereço fornecido pelo acusado, devendo a segunda via, com o ciente da testemunha, ser anexado aos autos, podendo, ainda, comparecer à audiência independentemente de intimação ou serem intimadas por carta, telegrama ou pessoalmente.

**§1º** Expedida a comunicação, nos termos do “caput” deste artigo ao endereço constante da indicação fornecida pelo acusado, o não comparecimento de testemunha não implicará adiamento de qualquer ato processual.

**§2º** Cabe ao acusado ou seu defensor diligenciar junto aos autos do processo administrativo e, verificando que não produziu os efeitos a comunicação expedida a qualquer de suas testemunhas, providenciar sua substituição ou ainda a indicação de novo endereço para expedição de nova comunicação, com prazo de no mínimo 05 (cinco) dias anteriores à audiência, sob pena de preclusão.

**Art. 55** Serão convidadas a depor, mediante ofício, com a possibilidade de indicar dia, hora e local para a realização do ato, as seguintes autoridades:

I - Vereador;

II - Secretário;

III - Outras autoridades a quem, por determinação legal, seja dispensado o mesmo tratamento.



**Art. 56** O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

**§1º** As testemunhas serão inquiridas separadamente.

**§2º** Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

**Art. 57** Finda a instrução, será ouvida a defesa em alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 58** Apreciada a defesa, a comissão permanente elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

**Parágrafo único** – O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do acusado.

**Art. 59** Após o relatório da comissão, o processo será remetido à autoridade competente para o julgamento, que poderá solicitar a análise jurídica ao setor competente.

**Parágrafo único** – A atuação do setor jurídico limitar-se-á à apreciação das questões formais do processo.

## **Seção VI – Do Julgamento nos Procedimentos Disciplinares**

**Art. 60** No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

**§1º** Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

**§2º** Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

**§3º** Se a penalidade prevista for a exoneração ou cassação de disponibilidade, o julgamento caberá ao Chefe do respectivo Poder, conforme o caso.

**Art. 61** Quando o relatório da comissão permanente contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, adotar conclusão diversa da apresentada.

**Art. 62** Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a instauração de novo processo.

**§1º** O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

**§2º** Caso entenda a autoridade que servidor designado para a comissão permanente concorreu, de modo doloso ou culposo, para a ocorrência da nulidade, deverá designar outros servidores para se responsabilizarem pelo processo, sem prejuízo das demais cominações legais.

#### **Seção VII – Da revisão do processo administrativo disciplinar**

**Art. 63** O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

**Parágrafo único** – Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa que tenha interesse legítimo poderá requerer a revisão do processo.

**Art. 64** A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos expressamente consignados na petição.

**§1º** No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

**§2º** Não será processado o requerimento de revisão que verse sobre fatos anteriormente apreciados em processo revisional.

**Art. 65** A revisão correrá em apenso ao processo originário.

**Art. 66** A revisão não será remetida aos mesmos servidores que conduziram o processo originário, sendo designada uma comissão revisora para cada caso, mediante ato do Chefe de cada Poder.

**Art. 67** A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

**Art. 68** Aplica-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão permanente.

**Art. 69** O julgamento caberá à autoridade que aplicou a pena ou à autoridade instauradora.

**Parágrafo único** – O prazo para julgamento será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

**Art. 70** Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor.

**Parágrafo único** – Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 71** A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal.



**Art. 72** A sentença penal que reconhecer a inexistência do fato ou de sua autoria tem força vinculante no processo administrativo.

**Art. 73** Se no curso do procedimento disciplinar surgirem indícios da prática de crime, o presidente do feito encaminhará à autoridade instauradora as peças necessárias à abertura de inquérito policial, fazendo consignar nos autos essa providência.

**Art. 74** Publicada a decisão do procedimento disciplinar, o órgão de pessoal, após promover as anotações cabíveis nos assentamentos funcionais, notificará o servidor para o imediato cumprimento da penalidade.

**Parágrafo único.** A decisão deverá ser anotada nos assentamentos funcionais do servidor, mesmo que verificada a prescrição.

**Art. 75** A aplicação de penalidade em razão das transgressões disciplinares constantes desta Lei não exime o servidor da obrigação de indenizar os prejuízos causados ao erário.

**Art. 76** As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova transgressão disciplinar.

**Art. 77** Serão adaptados os procedimentos em curso na data da entrada em vigor desta Lei, cabendo ao presidente do feito tomar as providências necessárias, ouvido o acusado.

**Art. 78** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cunha, 15 de fevereiro de 2021.



JOSE ÉDER GALDINO DA COSTA  
Prefeito Municipal